

Exploração do Pré-Sal coloca aperfeiçoamento do Repetro e fortalecimento da fiscalização na ordem do dia

A construção de um marco regulatório e de um regime de tributação e fiscalização da cadeia petrolífera serão essenciais para assegurar que as riquezas do Pré-Sal revertam em benefício da maioria da população. Essa foi a principal conclusão do seminário realizado pela DS/Rio, no dia 26 de agosto, em parceria com a AEPET e o Sindipetro. Os debates e palestras deixaram clara a necessidade de aperfeiçoamento do Repetro, regime aduaneiro especial que permite a admissão temporária de equipamentos para a prospecção e lavra de petróleo e gás natural com a suspensão de tributação. **Páginas 4 e 5.**



Palestrantes defenderam alterações normativas no Repetro

“DRF vai para a Barra”, garante superintendente

Em reunião com a DS/Rio e representantes eleitos pela DRF/2, a superintendente da 7ª RF reafirmou o compromisso com a mudança da unidade para a Barra da Tijuca “no mais curto espaço de tempo”. A DS insiste que seja estipulado um prazo, lembrando que a opção de lotação de muitos AFRFB baseou-se no critério geográfico. **Página 3**

DS trabalha pela aprovação da PEC 555

O fim da cobrança da contribuição previdenciária dos servidores aposentados e dos pensionistas, conforme proposto na PEC 555, é uma das prioridades da DS/Rio, que realiza, desde agosto, uma nova ofensiva de trabalho parlamentar, visando a garantir a aprovação da medida no Congresso Nacional. Segundo os deputados contatados, é grande a chance da PEC ser votada logo após o primeiro turno das eleições. **Páginas 5 e 6**

Conheça os auditores candidatos

Uma categoria politizada e atuante como a dos auditores-fiscais sempre acompanha de perto o processo eleitoral. Em alguns casos, os AFRFB vão além do papel de eleitores e encaram o desafio de disputar um cargo eletivo, como é o caso dos colegas César Haiashi e Sergio Artur do Nascimento, que aspiram representar o Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados. Conheça as propostas deles na **página 7.**

EDITORIAL

Parceria facilita aquisição da Revista de História da BN

Uma parceria da DS/Rio com a Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional- Sabin facilita a aquisição da Revista de História editada pela instituição. Os AFRFB poderão assinar a publicação com 30% de desconto, pagando apenas R\$ 70,00 pela assinatura anual.

Quem desejar conhecer melhor a revista poderá retirar um exemplar gratuito na sede da DS da Rua Debret.

Lançada em 2005, a Revista de História da Biblioteca Nacional tem o objetivo de divulgar a valiosa coleção de imagens e documentos da Biblioteca— a mais importante



da América do Sul e oitava maior do mundo—assim como tornar acessível o conhecimento histórico produzido nas Universidades do Brasil e do exterior.

Últimas Notícias:

Tribunal diz que reajuste é de apenas 2,2%

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região decidiu, por oito votos a cinco, que os AFRFB têm direito a apenas 2,2% de correção sobre a RAV. O TRF-5 manifestou-se no dia 8 de setembro sobre o Incidente de Uniformização proposto pelo Sindifisco Nacional, instrumento jurídico que tentava reverter decisões contrárias ao índice de 28,86% pleiteado pela categoria.

O TRF-5 manteve a posição da Terceira Turma contra a posição da

Primeira Turma, cujos julgadores vinham concedendo 28,86%. A decisão possibilita que o julgamento da matéria seja sumulado no âmbito do TRF-5, ou seja, que fique definitivamente estabelecido pelo Tribunal que incidem apenas 2,2% sobre a RAV. “É provável que todos os processos atualmente sobrestados tenham o julgamento concluído com o índice de 2,2%”, informou a DEN.

Audidores lançam livro sobre Direito Previdenciário

Os auditores-fiscais Sergio Queiroga e Fábio Zambitte lançaram, em agosto, o livro “Direito Previdenciário - Questões objetivas comentadas”. A obra busca facilitar o estudo dessa disciplina, especialmente para quem se prepara para concursos públicos, abordando os temas mais requeridos nos certames em conteúdos aprofundados, gabaritos comentados de todas as questões.

O AFRFB Fábio Zambitte é mestre em Direito Previdenciário pela PUC/SP e doutorando em Direito Público pela UERJ. É autor de diversas obras, como “Resumo de Direito Previdenciário” e “Comentários à Reforma da Previdência”. O auditor Sérgio Queiroga foi instrutor de Legislação Previdenciária e Fiscalização Simulada nos Cursos de Formação de Novos Auditores Fiscais em 2001, 2002 e 2004 e integra o Corpo Docente da ESAF e do CESPE-UnB.



Siga a DS/Rio

A DS/Rio está no twitter, mais uma ferramenta para aproximar a entidade de seus filiados. Acompanhe o dia-a-dia da DS e receba as últimas notícias, acessando twitter.com/ds_rio

O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Sindifisco Nacional** - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. **Presidente:** Aelio dos Santos Filho. **Vice-Presidente:** Maria Alice Sant'Anna Wiltshire. **Secretário-Geral:** Rosângela Dutra Weck. **Diretor de Finanças:** Luiz Gustavo Pereira Regadas. **Diretora-Adjunta de Finanças:** Sonia Maria Binda Campos Pereira. **Diretora de Administração:** Sonia Chaves Mesentier. **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Marilene de Oliveira Maron. **Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos:** Teresa Maria da Silva Vagos. **Diretor de Defesa Profissional:** João Luiz Teixeira de Abreu. **Diretor de Comunicação:** Alexandre Teixeira. **Diretora de Assuntos de Aposentados:** Maria Gláudia Ferrer Mamede. **Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados:** Terci Aires Moreira de Affonseca Reis. **Diretor de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares:** Paulo Torres de Carvalho Barbosa. **Diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social:** Antonio Henrique Azevedo da Cunha. **Diretor de Atividades Socioculturais:** Regina de Fatima da Silva Caldeira Hardman. **Diretores Suplentes:** Avelino Salvador, Luciano de Moraes Rebouças e Jose do Nascimento Freitas. **Cons. Fiscal:** Lenine Alcântara Moreira, Sergio Santiago da Rosa e Armando Domingos Barcellos Sampaio. **Jornalista responsável:** Cyntia Campos (MTb 1394). **Diagramação:** Manuela Leite. **Foto:** Felipe Oliveira. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 - salas 401/405 - Centro - CEP: 20030-080 - **Fone:** (21)3125-3800 / 3125-3805 (fax) ; Rua da Quitanda, 30 - 11º andar - Centro - CEP: 20011-030 - **Fone:** (21) 2507-6063. **E-mail:** dsrj@sindifisconacional-rj.org.br **Site:** www.sindifisconacional-rj.org.br. Distribuição Gratuita, circulação local. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Superintendente diz que levar DRF para a Barra é “prioridade administrativa”



Audítores não consideram a construção de uma sede própria como solução. Eliana Polo afirma que superintendência busca alternativas.

A transferência da DRF/2 para a região da Barra da Tijuca é uma prioridade administrativa da 7ª Região Fiscal, que tem o compromisso de efetivar a mudança “no mais curto espaço de tempo”. A afirmação é da superintendente Eliana Polo, em reunião no dia 2 de setembro, com a direção da DS/Rio e representantes eleitos nos diversos setores da nova unidade.

Ela informou que a diretriz da RFB é ter sedes próprias para as unidades da instituição, mas que isso não vai condicionar a mudança para a área da Barra à construção de um imóvel. A superintendente não estipulou um prazo para solucionar a questão, mas afirmou que a administração estuda e busca alternativas, que podem ser o aluguel, a compra ou a permuta de um imóvel.

“O aluguel não está descartado, desde que atenda requisitos técnicos e o valor esteja dentro do orçamento”, afirmou.

Prazo - Tanto a DS quanto os representantes da DRF 2 presentes à reunião reivindicaram um prazo para a transferência da DRF para a região da Barra, lembrando que a opção de



Novo titular da DRF 2: “Ir para a Barra é prioridade nº 1”

lotação de muitos colegas foi feita com base na localização da nova unidade. A DS voltará a se reunir com a superintendência em 40 dias a partir da última reunião, para acompanhar o andamento das providências relativas à mudança da Delegacia. Antes disso, voltará a se reunir com os colegas da DRF/2 para levar o resultado das discussões já realizadas com a administração.

O encontro com a superintendente foi precedido por uma série de reuniões com os colegas da DRF/2, nas quais a proposta de consenso foi sempre o aluguel - temporário, que fosse - de um prédio para acomodar toda a Delegacia, uma vez que a construção de uma sede pode levar vários anos.

Solução para a Demac

Assegurar o preenchimento das vagas da Demac, evitando a sobrecarga de trabalho, e, ao mesmo tempo, impedir que colegas sejam removidos para essa unidade contra a vontade. Este é o objetivo da DS/Rio, que desde agosto vem organizando uma rodada de reuniões com os diversos setores da Delegacia e com seus administradores. As propostas de consenso serão levadas à superintendente da 7ª Região Fiscal, a exemplo do processo realizado na DRF/Barra.

As reuniões realizadas na Dicat, Diort, Fiscalização e Programação demonstram que há propostas divergentes entre os setores. A DS vai organizar um encontro entre os representantes desses segmentos da Demac, visando à construção de uma proposta de consenso, que deverá ser apresentada à Superintendência ainda no mês de setembro.

Novo delegado:

“Mudança garantida”

“Garanto que a DRF 2 irá para a Barra”. A afirmação é do recém-empossado delegado da unidade, Luiz Augusto do Couto Chagas, que recebeu a DS/Rio e uma comissão de representantes da Delegacia no dia 10 de setembro. Ele revelou que um arquiteto já está trabalhando num projeto de readequação do prédio do CAC da Barra da Tijuca, que deverá abrigar o Gabinete, a Diort, a Dicat e o setor administrativo de apoio. Essa seria uma solução provisória, até a aquisição de um imóvel próprio.

Ainda segundo o delegado, outro espaço será alugado na região para abrigar o CAC e a Malha. A Fiscalização e a Programação não estavam incluídas nesse projeto de transferência para a Barra, mas a DS e os representantes da unidade insistiram com o administrador que os dois setores, por requerer pouco espaço físico para funcionar, poderiam ficar provisoriamente no mesmo imóvel que será alugado para o CAC.

Repetro estará na berlinda com a exploração do Pré-Sal



Os AFRFB Luiz Henrique Guimarães e Paulo Roberto Ximenes destacaram a necessidade de revisão das regras para concessão dos benefícios do Repetro

A visibilidade que a indústria petrolífera ganhará a partir da exploração do Pré-Sal é uma oportunidade para que os AFRFB pautem a discussão sobre a necessidade de revisão normativa do Repetro. Essa é uma das conclusões do Seminário “Pré-Sal: Tributação e Marco Regulatório”, promovido pela DS/Rio em parceria com a Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) e com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo (Sindipetro-RJ), no dia 26 de agosto.

O Repetro é um regime aduaneiro especial, instituído no final de 1998, que permite a admissão temporária de equipamentos para a prospecção e lavra de petróleo e gás natural com a suspensão de tributação. Concedido basicamente na 7ª Região Fiscal (95,99% de todas as operações realizadas no país), o Repetro, em uma década, já contabiliza R\$ 40 bilhões de renúncia fiscal. Nos últimos cinco anos, foi responsável por 20% de toda a suspensão de tributação registrada no Brasil, acima do regime especial da Zona Franca de Manaus (17%). Com o início da exploração do Pré-Sal, o Repetro deverá ter um crescimento exponencial.

Controle inviável- “Esse regime especial foi concebido como mecanismo de incentivo às atividades de pesquisa e lavra de petróleo. Mas, se a RFB não fizer uma revisão normativa profunda, o controle aduaneiro sobre

os bens e equipamentos envolvidos na concessão do benefício ficará inviável”, alerta o auditor-fiscal Paulo Roberto Ximenes Pedrosa, chefe da Divisão Administrativa Aduaneira (Diana) no Rio de Janeiro, um dos palestrantes do seminário.

Segundo Ximenes, a norma foi redigida de maneira tão ampla que praticamente “qualquer coisa poderia ser importada com o benefício do Repetro”. A suspensão de importação, que deveria valer apenas para aparelhos, equipamentos, máquinas e ferramentas destinadas à prospecção e lavra de petróleo, acabou estendida a “partes e peças”, o que permite que até parafusos sejam admitidos sob o regime especial. “Só que a lógica do Repetro é permitir a suspensão de tributação para bens que vão entrar no país e tornar a sair. Como se pode controlar que parafusos, tubos e fios vão mesmo voltar para o exterior?”, questiona o inspetor.

Esse tipo de material é, geralmente, consumido no processo. Portanto, deveria estar sujeito a tributação.

Mais fiscalização- Além de um novo modelo de concessão do benefício, Ximenes defende a simplificação dos procedimentos — sem prejuízo da segurança nos controles — e a adoção de um novo sistema informatizado.

“Tem coisas que podem estar sendo importadas pelo Repetro e estar sendo utilizadas em outras áreas”, alerta o AFRFB Luiz Henrique Guimarães, chefe da Saana da Inspetoria de Macaé e também palestrante do seminário.

Ele considera que a análise dos processos de concessão do benefício acaba consumindo muito mais energia do que a fiscalização — única atividade que pode assegurar que as regras do regime aduaneiro especial sejam realmente cumpridas. Guimarães defende o aumento do quantitativo a criação de mecanismos de incentivo à lotação em localidades como Macaé e Campos, na região para onde se destina a maioria dos equipamentos importados para a indústria de petróleo.



O seminário “Pré-Sal: Tributação e Marco Regulatório” foi concebido pelo Grupo Estratégico da DS/Rio, coordenado pela diretora Terci Moreira. A íntegra das palestras estará disponível numa edição especial do *Agente Fiscal*, que também divulgará estudos sobre o tema, como é o caso do ensaio do colega Átila Gomes sobre o Repetro.



Na abertura do Seminário, a superintendente da 7ª RF enfatizou a relevância do debate sobre o Pré-Sal

Seminário reuniu especialistas

O Seminário “Pré-Sal, tributação e marco regulatório” debateu as perspectivas e desafios colocados para o Brasil a partir da exploração de uma riqueza que pode transformar radicalmente as condições econômicas e sociais do país.

“Não poderíamos estar debatendo assunto mais pertinente, dada a importância da atividade petrolífera na nossa Região Fiscal”, atestou a superintendente da 7ª RF, Eliana Polo. Ela participou da mesa de abertura do evento ao lado do presidente da Afiperj, Sérgio Wehbe, do diretor do Sindipetro Francisco Soriano e do presidente da DS/Rio, Aelio dos Santos Filho.

Na parte da manhã, o seminário debateu o “Pré-Sal e as Perspectivas da Política Energética no Brasil e no Mundo”, uma análise de conjuntura apresentada por Raul Tadeu Bergmann, delegado regional da AEPET/RS, e pelo economista Henrique Jäger, do DIEESE, mediada por Francisco Soriano, do Sindipetro/RJ

O seminário prosseguiu à tarde, discutindo a “Tributação no Pré-Sal e a Receita Federal”, com a participação dos AFRFB Paulo Roberto Ximenes Pedrosa, chefe da Diana, e Luiz Henrique Guimarães, chefe da Saana/Macaé, do diretor da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas, Alberto Machado Neto e do Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, Paulo Cesar Ribeiro Lima. Além dos palestrantes, a mesa teve a participação dos AFRFB Átila Gomes, como debatedor, e Dão Real Pereira dos Santos, como mediador.

DS trabalha pelo fim da contribuição previdenciária dos aposentados



Diretores da DS/Rio e o Presidente da DS/Espírito Santo conversaram com o Deputado Chico Alencar sobre as perspectivas de aprovação da PEC 555

Numa nova ofensiva pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 555, que extingue a cobrança da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, a DS/Rio vem cumprindo uma intensa agenda de trabalho parlamentar. A PEC está pronta para ir a Plenário e o esforço agora é para garantir que a matéria seja votada logo após o primeiro turno das eleições, em outubro — o Colégio de Líderes da Câmara já descarta a realização de votações durante a campanha eleitoral.

Em agosto, a DS/Rio se reuniu com os deputados Chico Alencar (PSol-RJ), Edmilson Valentim (PCdoB-RJ), Fernando Gabeira (PV-RJ), Jorge Bittar (PT-RJ), Marcelo Itagiba e Otávio Leite (ambos do PSDB). Apesar de envolvidos no corpo-a-corpo da campanha, os parlamentares abriram espaço em suas agendas para conversar com os representantes da categoria.

Votação em outubro- No encontro com Chico Alencar, a DS procurou ouvir do deputado uma análise sobre as perspectivas de aprovação da PEC. Ele declarou-se otimista quanto à possibilidade de a matéria ir à votação depois do primeiro turno das eleições, em outubro. “Eu estarei firme nos esforços para aprovar a medida”, garantiu Alencar, que interrompeu a campanha de rua para con-

versar com os representantes das DS/Rio e Espírito Santo no “Buraco do Lume”, tradicional espaço de manifestações políticas, no Centro do Rio.

Edmilson Valentim também manifestou apoio integral à aprovação da matéria: “Voto a favor e trabalharei com todo o empenho para que a matéria vá a plenário”. Gabeira também se comprometeu com o pleito: “Voto a favor e vou me empenhar para que a matéria seja apreciada o quanto antes”, afirmou Gabeira.

O deputado Marcelo Itagiba, ex-delegado de Polícia e mais próximo das questões que afetam o funcionalismo público, foi enfático em garantir seu voto favorável à extinção da cobrança da contribuição previdenciária de servidores aposentados e pensionistas, como propõe a PEC 555. Otávio Leite manifestou um “apoio com responsabilidade”, pois, segundo ele, seria necessário “primeiro fazer as contas” e avaliar o impacto fiscal da medida.

Governo “não se oporá”- “O impacto fiscal da extinção da cobrança da contribuição previdenciária não é significativo e acredito que o governo não irá se opor”, avaliou Jorge Bittar, da base gorvenista. A contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas foi proposta pelo atual governo e aprovada pelo Congresso ainda no primeiro mandato

do presidente Lula, mas Bittar considera que a conjuntura econômica mudou. “A criação da contribuição foi instituída num momento muito difícil. Hoje, tenho certeza que o próprio presidente Lula apoiará sua extinção”.

A partir das conversas com representantes das diversas correntes partidárias, a DS/Rio avalia que a PEC 555 teria mais chances de aprovação se tivesse ido a voto antes do “recesso branco” do Congresso, neste período de campanha eleitoral. A Plenária Nacional da categoria, realizada em abril, havia proposto a realização de caravanas a Brasília-- que não ocorreram-- exatamente para reforçar a pressão sobre o Legislativo e garantir a aprovação da matéria.

A preocupação da DS é que, passadas as eleições, diminua o apoio dos parlamentares à PEC, cujo conteúdo tem forte apelo no eleitorado. “Nosso objetivo, neste instante, é amarrar compromissos que possam

ser cobrados”, explica o diretor de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares, Paulo Torres.

Pluripartidário- Paulo enfatiza que o esforço é para falar com todos os deputados federais e senadores do Rio de Janeiro, incrementando a pressão para que a PEC seja votada ainda nesta legislatura. “A tarefa exige uma movimentação pluripartidária, pois a aprovação de uma PEC não depende de maioria simples. Quanto mais apoios conquistarmos, mais forte a proposta chega ao Plenário”.

Nos encontros com parlamentares, o diretor da DS/Rio teve a oportunidade de conversar com o coordenador de campanha de José Serra, candidato do PSDB à presidência da República. O ex-deputado Márcio Fortes comprometeu-se a levar o pleito dos AFRFB pela extinção da cobrança previdenciária ao presidencial e garantiu que comunicará a posição do candidato à DS/Rio.

Trabalho para incluir AFRFB na PEC 443

Empenhada em fazer sua parte para ajudar a aprovação de projetos legislativos de interesse dos AFRFB, a DS/Rio vem trabalhando junto aos parlamentares do estado para garantir a inclusão da categoria na PEC 443, que estabelece o subsídio das carreiras da Advocacia-Geral da União, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal em 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal

Logo que a DEN deflagrou em Brasília o trabalho parlamentar em torno da questão, a DS reuniu-se com o único parlamentar carioca que é membro titular da Comissão Especial que analisa a PEC 443, o deputado federal Edmilson Valentim (PCdoB-RJ).

Valentim avaliou que a reivindicação do Sindifisco Nacional de inclusão dos AFRFB na PEC “chegou tarde” e que isso constitui o maior entrave ao pleito da categoria. “Há uma grande resistência no Congresso às carreiras que tentam *pegar carona* nas matérias em tramitação. Eu considero o pedido justo, mas acho difícil que seja atendido”. Ele reconhece, porém, que uma forte mobilização, com presença massiva de auditores no Congresso, poderia alterar essa tendência.

O deputado colocou-se à disposição para, junto com a categoria, pensar estratégias que assegurem o atendimento ao pleito dos AFRFB, “ainda que não seja nesta PEC, mas numa PEC específica”. Os representantes da DS/Rio, porém, enfatizaram a viabilidade da inclusão dos auditores na matéria em tramitação, lembrando o voto em separado do deputado Paes Landim no relatório da PEC 443. Ainda tramitando na Comissão Especial, a PEC 443 não tem previsão de prazo para ser votada em Plenário e o esforço, neste momento, é para alterar o texto da matéria ainda na comissão, garantindo que os AFRFB sejam contemplados.



Nos encontros com os deputados, a DS vem insistindo na importância de se votar a PEC logo na retomada dos trabalhos do Legislativo.

Esforço começou no início do ano

Desde o início do ano a DS vem realizando reuniões com parlamentares do estado, enfatizando a necessidade de aprovação da PEC 555. Em março, a Diretoria de Assuntos de Aposentadorias e pensões organizou uma reunião com o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), com a presença de 150 colegas, solicitando que ele intercedesse junto ao presidente da Câmara, Michel Temer, pela instalação da Comissão Especial que analisaria a medida.

Na ocasião, o parlamentar confessou-se “impressionado” com a presença massiva de AFRFB na reunião e destacou o encontro com os colegas do Rio num pronunciamento na Câmara, no dia seguinte à reunião, no qual apelava diretamente ao presidente da Casa, deputado Michel Temer (PMDB-SP) pela imediata instalação da Comissão Especial, o que acabou acontecendo menos de 24 horas depois, no dia 24 de março. Gabeira e Chico Alencar também haviam sido contatados no início do ano.

Conheça os auditores candidatos em outubro

César Haiachi, candidato pelo PDT

“Tenho 40 anos. Sou servidor público desde os 17 anos, quando ingressei na Força Aérea Brasileira, através da Escola de Especialistas da Aeronáutica. Fui sargento por 14 anos. Em 2003, fui aprovado no concurso para Auditor-Fiscal da RFB, sendo lotado na IRF-Bagé-RS. Em 2006, fui removido para a DRF-Taubaté-SP, onde trabalho atualmente, na equipe de fiscalização do Imposto de Renda.

Filiei-me em 2009 ao PDT, por influência pessoal do Dep. Federal João Dado, com a finalidade de participar mais ativamente da vida política brasileira. Essa é minha primeira eleição e alguns fatores me levaram a tornar esse projeto político uma realidade.

- Grande parte dos atuais parlamentares não me representam com dignidade;
- Enfraquecimento do Estado brasileiro;
- Pesada carga tributaria com baixa contrapartida do Estado;
- A defesa do concurso público e sua regulamentação;
- A defesa da previdência pública como forma de sustento de milhões de brasileiros.

Além de ser o parlamentar que você escolheu para lhe representar com dignidade, honestidade e decoro, quero ser o seu fiscal no acompanhamento dos gastos do orçamento público.

Fiscalizar para onde está indo o dinheiro dos nossos impostos, não deixando que ele seja jogado nos ralos da corrupção, é o meu compromisso com você, colega e eleitor, no próximo dia 3 de outubro, vote, para Dep. Federal CESAR HAIACHI - 1244.



Sérgio Artur, candidato pelo PV

Candidato a Deputado Federal nº 4383 pelo Partido Verde, é casado, tem 50 anos e dois filhos. É vice-presidente da DS/ Niterói, graduado em Engenharia pela UVA e em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, pós-graduado em Administração Pública e Gerência de Projetos pela FGV/RJ. Foi assessor Técnico do Ministério da Previdência Social (1998/1999), responsável pela implantação do Programa de Melhoria do Atendimento, e gerente executivo do INSS/RJ (1999/2006), onde se destacou pela qualidade da gestão, respeito ao cidadão comum e combate às fraudes. Idealizador do Centro Integrado de Atenção ao Portador de Deficiências – CIAD Mestre Candeia do Rio de Janeiro, criou dentro desse complexo a primeira Agência da Previdência Social voltada exclusivamente para atendimento ao portador de necessidades especiais.

Principais propostas:

- Defesa do Serviço Público de Qualidade e do Servidor Público;
- Fortalecimento da Previdência Social Pública, com atenção especial aos seus beneficiários, para que os mesmos não tenham diminuição de suas rendas após deixarem de trabalhar;
- Defesa do Meio Ambiente;
- Ensino público de qualidade, em horário integral, e com o devido reconhecimento do profissional que trabalha na área de Educação;
- Criação de creches comunitárias em número proporcional à população das comunidades;
- Criação e ampliação de Escolas Públicas Técnicas/Profissionalizantes em todas as regiões do Estado, dentro de suas expectativas de demanda;
- Proteção ao pequeno agricultor e ao pescador artesanal, para que não sofram na época de entre-safra;
- Atenção especial a área de Saúde, com ampliação da rede hospitalar, fortalecimento do atendimento primário e de diagnósticos, evitando-se assim o caos nas emergências da rede hospitalar do Estado, bem como a capacitação e salários condizentes aos profissionais da área de Saúde.
- Ênfase especial a área de Segurança, com uma polícia equipada e policiais qualificados e bem remunerados.



Rio elege delegados ao Conaf atento ao debate sobre Unafisco Saúde

Foi uma das Assembléias mais representativas dos últimos tempos: 412 colegas compareceram à eleição dos delegados ao Congresso Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil- Conaf, a ser realizado em Florianópolis (SC), entre os dias 7 e 13 de novembro. Com esse quórum, o Rio enviará 43 delegados ao Conaf-- 42 eleitos mais o presidente da DS, que é delegado nato. Este ano, o Congresso terá como tema “O AFRFB como Agente do Desenvolvimento”.

Um dos destaques da pauta a definição sobre o futuro do Unafisco Saúde. Maior base do Sindifisco no país e a que concentra o maior número de

associados ao plano, o Rio terá um papel relevante nessa discussão durante o Conaf.

Segundo o Estatuto do Sindifisco Nacional, a categoria terá que decidir se o Unafisco Saúde permanecerá na estrutura do Sindicato ou passará a funcionar de maneira independente, com outro CNPJ. A DS/Rio defende a manutenção do Unafisco Saúde na estrutura do Sindicato, pois considera que o plano é um patrimônio de toda a categoria.

Exatamente por isso, a diretoria da DS/Rio empreendeu um grande esforço de mobilização para as Assembléias que elegeram os delegados ao Conaf.

Delegados

Delegado nato - Aelio dos Santos Filho

Delegados eleitos no Ministério da Fazenda

1. João Luiz Teixeira de Abreu
2. Sonia Chaves Mesentier
3. Vera Teresa Balieiro A. da Costa
4. Alexandre Teixeira
5. Lenine Alcântara Moreira
6. Olavo Porfírio Cordeiro
7. Maria Izabel Augusta F.Mota Almeida
8. Luiz Carlos Alves
9. Leunam Costa Leite
10. Armando Domingos B.Sampaio
11. Antonio Pedro Perez A.de Faria
12. Francisco Paulo Favilla
13. Luiz Fernando Santos Del-Penho
14. Clotilde Guimaraes
15. Eduardo Artur Neves Moreira
16. Antonio Wilson Cruz
17. Paulo Fernandes Boucas
18. Sergio Santiago da Rosa
19. Ednira Maria de Almeida Martins
20. Filomena Laura da C. Carvalho
21. Cristina Barreto Taveira
22. Luiz Gustavo Pereira Regadas
23. Efigenia Maria Nolasco Duarte
24. Jose Afonso Silva Ramos
25. Rosangela Dutra Weck
26. Monica Valladares Doin
27. Sonia Maria Binds de C. Pereira
28. Maria Alice Sant'anna Wiltshire
29. Marilene de Oliveira Maron
30. Alda Estellita Lins Nogueira

Delegados eleitos no Porto, Aeroporto, Nova Iguaçu, Volta Redonda e Porto de Itaguaí:

- Eduardo Baeta Figueiredo
- Flavio Lazaro da Silva de Oliveira
- Frederico Lednik
- Joao Amaro da Silva Dias
- Luiz Carlos Amaral Veloso Filho
- Maria Cristina Barbosa Dias
- Maria Tereza Pires Soares
- Paulo Cesar Santos de Oliveira
- Paulo Torres de Carvalho Barbosa
- Rachid Azen
- Rejane Ramos do Nascimento
- Vano Servio Reis de Souza Filho

AFRFB do Rio preside Conselho do Jurídico

O colega Leunam Costa Leite, filiado à DS/Rio, foi eleito presidente do Conselho Curador do Departamento Jurídico do Sindifisco Nacional. O órgão recém-criado tem a atribuição de orientar as iniciativas da área jurídica do Sindicato, além de acompanhar as ações judiciais em curso. Leunam integra o Conselho como representante eleito da 7ª Região Fiscal.

A Mesa Diretora do Conselho Curador é também composta pelos AFRFB João Luiz dos Santos (3ª RF, vice-presidente), Sebastião Afonso de Matos (9ª RF, secretário) e Antonio Augusto Bianco (6ª RF, secretário-adjunto).

O Conselho Curador já inicia suas atividades com uma missão de monta, que é a apuração dos problemas registrados na condução das ações dos 28,86%, conforme proposta apresentada pela DS/Rio ao CDS.

Justiça Previdenciária

A criação de uma Justiça especializada em Direito Previdenciário desafogaria as demandas dos segurados, garantindo um tratamento justo aos trabalhadores brasileiros. A opinião é da auditora-fiscal Clemilce Carvalho, diretora da Afiperj, que, no dia 25 de agosto, defendeu a proposta durante o 1º Fórum de Participantes dos Fundos de Pensão, realizado no Rio de Janeiro, no auditório do BNDES.

Clemilce debateu o tema num dos painéis do evento, ao lado de juristas e especialistas em Previdência, como o desembargador Sérgio D'Andréa, o deputado Paulo Paim, e o ex-deputado federal Marcelo Cerqueira.